

Ata da 352ª Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 28/04/2025.

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte cinco foi realizado a trecentésima quinquagésima segunda reunião ordinária do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, por meio Híbrido (eletrônico/presencial), com as seguintes **REPRESENTAÇÕES E PRESENCAS: I – PODER PÚBLICO – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:** Eudes Quintino de Oliveira Junior (Titular); Belfari Garcia Guiral (Suplente); Claudia Vieira Carnevalle (Titular) – **UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Ângela Maria Bacha (Titular); Carmen Silvia Gabriel (Titular) – **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Ricardo de Oliveira (Titular); Adilton Dorival Leite (Suplente); Marcela Millano (Suplente) - **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Viviani dos Santos Fontana (Titular); Carolina Jessica da Silva Salado (Suplente) – **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:** Dalila Viana de Freitas (Titular); Milton Massayuki Osaki (Suplente) – **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – CENTRAIS SINDICAIS:** Ronson William Loro (Titular); Jonathan Faleiros (Titular) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Aline Oliveira Costa (Titular); Sheila Ventura Pereira (Titular); Nadir Francisco do Amaral (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Danilo Moretti Ferreira (Titular) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Marileide Sousa Silva Luna (Titular); Dimitri Auad (Suplente); Maria Zélia de Brito Souza (Titular); Ledivan Lopes Seabra (Suplente); Tereza Aparecida Machado (Titular); Walter Francisco Barros (Suplente); Dora Martins dos Santos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES – Rubens Alves Pinheiro (Suplente) – JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA – I – PODER PÚBLICO - UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Carmen Cecília de Campos Lavras (Suplente); Deisy de Freitas Lima Ventura (Suplente) - **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:** Valdemir Vieira (Titular) - **CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:** Waldecir Paula Lima (Suplente); Luciana Canetto Fernandes (Titular) – **IV – CENTRAIS SINDICAIS:** Valdeci Henrique da Silva (Suplente); Célia Regina Alves Castello Folhas (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE PATOLOGIA:** Clarísia Viscardi Moniz Ramos (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Cristiane Daniel (Suplente) – **MOVIMENTOS POPULARES DE SAÚDE:** Dora Martins dos Santos (Suplente) - **ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:** Cirlene Souza Machado (Titular) – **PROGRAMA OU MOVIMENTO RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE:** Jorge Luiz Nunes Florindo Pastoral da Criança (Suplente) - **AUSENTES – I – PODER PÚBLICO – SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE – Michelle Luis Santos (Titular); Roberta Aparecida da Silva Meneghetti (Suplente); Elaine Cristina Toni Xavier (Suplente) – II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** Alfredo Joaquim de Lima (Titular); Gisele Dominicci Silva de Moraes (Suplente) - **ENTIDADES COM FINS LUCRATIVOS:** Inaldo Rocha Leitão Filho (Titular) – **III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – Leandro Oliveira (Sindsaude); Katia Aparecida dos**

44 Santos Araújo – **ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE** – Haino Burmester
45 (Titular); Sergio Tamai (Suplente) - **IV – REPRESENTAÇÕES DOS USUÁRIOS** – Maria
46 Giuliana S. Lima dos Santos (Titular); José Osvaldo Pereira dos Santos (Suplente) -
47 **ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE INTERESSE DA MULHER:** Ana Maria Martins Soares
48 (Titular); Maria José Majô Jandreice (Suplente) – **ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS**
49 **POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR:** Juliana Peneda Hasse (Titular); Maria
50 Eugenia Ferraz dos Amaral Bodra (Suplente) – **PROGRAMA OU MOVIMENTO**
51 **RELIGIOSO DE DEFESA DA SAÚDE** – João Inácio Mildner (Titular). Estabelecido o
52 quórum, o Dr Eudes, presidente do conselho cumprimenta todos dá por iniciada a reunião
53 do CES, e dando prosseguimento às atividades do dia o secretário executivo passa para
54 os informes iniciando com o Conselheiro Nardir, que informa o falecimento no domingo,
55 de um ex-conselheiro senhor Lucas Soler do movimento da Aids. E a outra informação é
56 convidar a todos para nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2025 participarem da Conferência
57 Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. Conselheiro Dimitri lembra que o GT de vigilância
58 não foi constituído porque não houve um representante do segmento trabalhador que se
59 candidatasse. A conselheira Sheila informa que será realizada uma plenária livre da
60 pessoa idosa com patologias no dia 31 de maio e conta com a participação de todos os
61 conselheiros, informa ainda que foi realizada uma reunião com o comitê técnico e
62 representante do Ministério da Saúde para falar da população negra dentro do Conselho
63 Estadual e que foram convidados a participar dessa visita técnica do Ministério da Saúde
64 trazendo pontos relevantes sobre a política nacional da população negra. O secretário
65 executivo convida a todos para o dia 9 de maio na reunião de política que será ampliada,
66 com a presença da interlocutora de saúde mental do Estado de São Paulo aonde será
67 apresentada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Conselheira
68 Juraciara informa que o dia 28 de abril é o dia mundial de vítimas de acidente de trabalho
69 e doença do trabalho. Dando prosseguimento ao expediente do dia o secretário executivo
70 passa para a aprovação da Ata de nº 351 que foi realizada no dia 31 de março de 2025.
71 Em regime de votação: Aprovada com 20 votos a favor nenhum voto contrário e nenhuma
72 abstenção. Seguindo com o primeiro item de pauta, que é a indicação de um conselheiro
73 de segmento gestor prestador de serviço para compor o GT de relatoria em substituição
74 à Conselheira Gabriele Mariana Rodrigues, houve a manifestação de interesse da
75 conselheira Cláudia Carnevale. Em regime de votação. Aprovada: por 18 votos a favor
76 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Próximo item de pauta é uma solicitação
77 do coordenador da CISTT ou da comissão da CISTT que é a aprovação da solicitação de
78 uma pauta e reunião junto às comissões de saúde, de finanças e do trabalho, na
79 Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo como representantes do Conselho
80 Estadual de Saúde, os conselheiros Robson William Loroño, da comissão da COFIN,
81 Ledivan Lopes Seabra da comissão de Integração e Valdecir Henrique da Silva da
82 Comissão da CISTT. O Conselheiro Robson relata que estava presente na reunião da
83 CISTT quando foi discutido esse encaminhamento de reunião junto à Assembleia
84 Legislativa, para discutir diversos temas de interesse dos trabalhadores relativo à saúde
85 ocupacional e é de suma importância essa oportunidade do CES e da CISTT estar lá para

86 poder dialogar com os parlamentares, menciona um projeto de lei para os agentes de
87 trânsito, para os policiais militares, pessoal da Enel, da Sabesp, entre outros temas
88 importantes. Conselheiro Belfari faz algumas considerações sobre os temas colocados
89 pelo conselheiro Robson e na sua opinião são exemplos válidos, porém entende que
90 precisam amplamente debatidos e discutidos com o coletivo para levar um
91 posicionamento coletivo e não individual, e que há um ritual a ser cumprido e o CES tem
92 uma responsabilidade muito grande e quem representa está falando por todos e sugere
93 levar o produto da 5ª CESTT para discussão na Assembleia Legislativa e se aproximar do
94 legislativo e do judiciário para uma conduta adequada. Conselheiro Jonathan que declara
95 que o conselheiro Belfari fez um preâmbulo do que queria falar, mas a sua pergunta é se
96 os nomes para compor essa delegação, foram escolhidos através dessas comissões:
97 COFIN, Integração e CISTT? O Conselheiro Robson declara que o assunto foi discutido
98 e aprovado na reunião da CISTT por unanimidade a indicação dos nomes e cada
99 comissão discute um assunto pertinente a aquela comissão de trabalho, mas o
100 encaminhamento foi aprovado na CISTT. Conselheiro Danilo esclarece que as comissões
101 estão pedindo a aprovação de uma pauta para visitar a comissão da assembleia e não
102 como representação do CES na Assembleia, ou seja, é a comissão do CES que vai visitar
103 a comissão da Assembleia Legislativa e não o total do CES e nem da assembleia total,
104 são as comissões que vão discutir o preparatório para uma moção e uma apresentação
105 pública, ou seja, a pauta é para autorização para irem na assembleia conversar com a
106 comissão. Conselheiro Rubens esclarece que a proposta está um pouco confusa, que
107 concordo com o objetivo e que a ação é muito produtiva, mas no seu entendimento a
108 pauta deverá estar bem definida, porque senão fica muito aleatório, mas ela precisa ser
109 melhor dimensionada para poder dar o encaminhamento, que deve-se manter sim um
110 vínculo com a com as comissões com a ALESP, mas pode melhorar a proposta. A
111 Conselheira Marcela reitera que não ficou claro quais eram os temas que seriam levados
112 para a discussão e sugerem que sejam elencados para facilitar a decisão e aprovação. O
113 Conselheiro Robson argumenta que a pauta foi enviada por e-mail para o CES e esclarece
114 que na comissão de saúde será discutido temas relacionados à saúde do trabalhador
115 entre eles a retirada da consulta pública LBTQ+ e outros aspectos da saúde como por
116 exemplo o trabalho a céu aberto, na Comissão de Finanças será discutido o empenho das
117 finanças à verba Federal destinada através de emenda parlamentar para ela chegar na
118 atividade fim, onde ela se destina, na questão das OS, o dinheiro destinado às
119 organizações sociais se está sendo bem empregado, assunto que está sendo discutido
120 na COFIN, é objeto do relatório a ser apreciado e aprovado hoje pela comissão, relatório
121 que foi juntado com o relatório original da Conselheira Teresa, sendo um relatório único
122 da COFIN na qual recomendam a aprovação com ressalvas e faz alguns questionamentos
123 e na comissão de trabalho também serão discutidos aspectos relacionados ao trabalho à
124 saúde do trabalhador e reitera e pede a confiança dos demais conselheiros da mesa
125 diretora e de todos, pois serão discutidos aspectos de grande relevância para a sociedade
126 paulista e para saúde dos trabalhadores e pede a aprovação do encaminhamento.
127 Conselheira Marileide é de opinião que para decidir algo desse montante deveria ter sido

128 feita uma reunião com todos os coordenadores e adjuntos para debater os temas e a
129 posteriori se decidir a pauta a Alesp. Conselheira Angela Bacha, declara que quer reforçar
130 a fala do Conselheiro Danilo no sentido de que também é de opinião que não é o CES
131 que está indo na assembleia, são três comissões de saúde e do conselho que estão indo
132 discutir com comissões correspondentes na assembleia E é uma discussão, não se está
133 levando uma posição oficial do conselho e está se discutindo E eu vou dar um exemplo
134 de um dos temas da pauta, a revogação da consulta pública sobre saúde de pessoas
135 LGBTQ+, isso é uma questão importante ter uma discussão mais ampla já que a consulta
136 pública foi revogada e seria na consulta pública que se teria a visão, a opinião da
137 sociedade, fala também da importância da comissão de DST que é até bem-vinda nessa
138 discussão, mas ela não precisa ser consultada porque a a saúde das pessoas de LGBTQ+
139 transcende em muito a questão do DST. Não podem restringir a questão da saúde de
140 pessoas LGBTQI+as doenças sexualmente transmissíveis seriam até um ato um pouco
141 discriminatório contra essas pessoas e ressalta seu apoio a demanda das três comissões
142 e depois trazerem para o plenário o resultado desta discussão. Conselheiro Dimitri, pede
143 esclarecimentos e ressalta que independente de ter pauta ou não, isso é assunto resolvido
144 no seu ponto de vista, a questão é: os indicados foram indicados por suas comissões,
145 qual o critério adotado, os nomes têm que serem apreciados em cada uma das comissões
146 e aprovado pelas comissões e afirma que não se lembra de sua comissão ter
147 encaminhado esse assunto, no seu entendimento a iniciativa da constituição deste grupo
148 do conselho é estratégica e relevante, é importantíssimo criar essa ponte das comissões,
149 porém, pode ser até que haja outras comissões que têm o interesse inclusive de indicar,
150 portanto o processo tem que ir além do que está, e é fundamental se pensar e interagir o
151 Conselho Estadual com essas comissões da Assembleia Legislativa. Conselheiro
152 Rubens, salienta que foi criado um grupo de coordenadores e adjuntos e GT, para quando
153 houvesse necessidade dos coordenadores terem a indicação de um processo qualquer,
154 fosse discutido lá, pois é importante que as discussões e construções contemplem o
155 coletivo, decidido e levado depois para o Pleno. Conselheira Maria Zélia, coloca que todas
156 as falas são pertinentes e pensa que tudo foi organizado e as pessoas que foram
157 indicadas pelas respectivas comissões para ir à Assembleia Legislativa, porque a pauta
158 está posta que é a saúde dos trabalhadores e finaliza dizendo que se as comissões
159 fizeram indicações no GT a pauta está posta e só tem que se priorizar e estar mais ou
160 menos organizado dentro de tudo que o Conselho Estadual pensa sobre a saúde dos
161 trabalhadores e que não podem ficar preocupados se a pessoa foi quem foi indicado. O
162 secretário executivo resume o que foi discutido e já a visita vai ocorrer e que todos
163 concordam com a visita a Alesp, sugere, assim como o conselheiro Rubens, fazer uma
164 discussão mais ampliada com todas as comissões e levar outros temas para a discussão
165 e propõe a aprovação com a ressalva de que haja uma discussão ampliada com as
166 comissões e também tirar os nomes dos que irão representar nesta visita ampliando
167 inclusive o escopo dessa visita. O Conselheiro Dimitri, solicita que a comissão de políticas
168 seja incluída nessa discussão. O Conselheiro Rubens faz uma observação a respeito da
169 falta de compromisso e da presença dos conselheiros no GT, e o Conselheiro Belfari faz

170 algumas reflexões sobre importância da totalidade dos segmentos e dos trabalhos no
171 coletivo do CES e quando se quebra a regra da paridade com a exclusão de algum
172 segmento, abrem precedentes que não tem retorno e argumenta que todas as questões
173 são importantes, mas tem que se colocar na mesa e discutir para que todos possam
174 contribuir e agregar. Conselheira Marcela, se coloca a disposição, mas precisa das datas
175 e horários. O secretário executivo, esclarece que irão fazer um levantamento de todos os
176 GTs e fazer uma nova chamada para recompor. O Conselheiro Nadir faz algumas
177 considerações à respeito da falta de gestor no GT do idoso, e da falta de políticas para a
178 pessoa idosa, não só no Estado, mas sim do Sistema do Público, fala da falta de
179 conscientização dos gestores. Conselheiro Robson, propõe indicar um representante de
180 cada comissão que não está contemplado na indicação inicial para a reunião nas
181 comissões na Alesp ou fazer essa indicação nas reuniões ordinárias das comissões do
182 mês de maio, para que no mês de junho já tenha as pessoas indicadas para poder fazer
183 parte da reunião e ampliar a pauta, acrescentar assuntos. O Conselheiro Dimitri, elenca
184 os segmentos que faltam em todos os GTs. Em regime de votação: a aprovação da
185 solicitação de uma reunião junto às comissões de saúde, de finanças e do trabalho tendo
186 como representantes do CES os conselheiros que após a reunião ampliada dos
187 coordenadores irão definir a pauta e os seus representantes, ampliando desta forma para
188 que todas as comissões possam ter representante nesta visita. Aprovada: com 18 votos
189 a favor um voto contrário e uma abstenção. Seguindo a pauta do dia o próximo item é a
190 apresentação e aprovação do relatório da COFIN do 3º RDQA de 2024, quem faz a
191 apresentação é a conselheira Teresa Machado, utilizando a metodologia do professor
192 Fúncia e na sequência faz a leitura da Recomendação da COFIN, ambos os documentos
193 já enviados previamente para todos os conselheiros e solicita como encaminhamento que
194 esta recomendação seja encaminhada para a equipe técnica da SES com devolutiva na
195 reunião do dia 09/05/2025 e na sequência lê o documento com a nova composição da
196 COFIN, tendo em vista ter deixado a coordenação da COFIN e finaliza fazendo a leitura
197 de um relatório que realizado pela nova composição da COFIN que ratifica, acrescenta
198 algumas considerações e recomenda a aprovação dos relatórios do RDQA e posterior
199 análise do RAG para o período de 2024 com as ressalvas mencionadas no relatório.
200 Conselheiro Nadir, coloca a dificuldade dos conselheiros entenderem a complexidade
201 desse relatório e pergunta o que acontece depois da análise da COFIN e de sua
202 recomendação, como podem acompanhar a executabilidade desses valores e como
203 conselheiros como analisar? A conselheira explica que um dos programas está muito claro
204 que é a falta dos medicamentos, pois o empenho foi baixo e alguma coisa aconteceu para
205 que esse empenho não tenha liquidado, e esclarece como fazem a leitura para saber se
206 liquidou o recurso empenhado, se sobrou ou faltou ou não foi executado, ou suplementado
207 em outro programa, enfim é para isso que tem a reunião com as equipes da SES, para
208 responder todos os questionamentos. Conselheira Marileide, questiona o fato de a
209 Conselheira Tereza ter sido eleita para o segundo biênio e ela foi eleita para continuar
210 como coordenadora e foi dito que ela não poderia participar alegando o regimento, a
211 conselheira Tereza questionou e a resposta da desembargadora não tinha

212 fundamentação legal, porém foi enviado um novo parecer fundamentado e que continua
213 errado, porque ela fundamentou com base no artigo 60 da Constituição Federal que diz
214 respeito à eleição. A eleição para a comissão visa garantir alternância, foi o colocado
215 ,entre aspas a Constituição de 1988, esclarece ainda que a Tereza está no segundo
216 mandato, ou seja, em um mandato novo, enfatiza que houve um tangenciamento por parte
217 da desembargadora que e a conselheira não está podendo exercer como segundo
218 mandato os direitos plenos que ela adquiriu, menciona o artigo 37 da Constituição Federal
219 que diz respeito à administração pública que não foi levado em consideração e que o
220 artigo 60 não está sendo colocado em prática, continua fazendo a defesa da conselheira
221 e ressalta a legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. Em especial a legalidade
222 e a eficiência e o excelente papel e que todos os conselheiros não podem se calar diante
223 tudo e colocar em cheque toda a ação futura do CES, e pede uma revisão de tudo e
224 continua com sua argumentação em defesa da conselheira, registrando sua indignação.
225 Conselheiro Belfari pede uma questão de esclarecimento em dois momentos: primeiro
226 que não é este o fórum pois se está num processo de discussão de um parecer e apesar
227 do bom trabalho da Tereza, no entanto tem algumas normas a seguir; A administração
228 pública tem uma regulação, e que o CES enquanto agentes públicos não podem proceder
229 diferente, por mais que se discorde existem formas para isso, primeiro pede à Secretaria
230 Executiva que divulgue esse parecer a todos os demais e esclarece que a conselheira
231 Marileide leu apenas um trecho e que ele está todo fundamentado, discordando ou não
232 de sua fundamentação, e os prosseguimentos que a administração pública podia dar é
233 obedecer a legalidade, a orientação jurídica do órgão competente, e isto não impede que
234 a conselheira ou qualquer outro conselheiro que se sentir prejudicado e procurar os seus
235 direitos, para além da gestão pública, não podem proceder diferente enquanto a
236 orientação da Procuradoria Geral do Estado né isso é uma questão que será divulgada a
237 todos o os pares e isto não encerra uma discussão mas fica para momento oportuno e
238 voltando ao que o conselheiro Nadir coloca sobre a área financeira, é extremamente
239 complexa e não é simples de entender porque tem várias formas e meandros e situações
240 que na globalidade para quem não é da área financeira fica perdido e esclarece a gestão
241 pega todos esses pareceres que são feitos pela COFIN, entende que é coerente, tem uma
242 metodologia, tem uma razão de ser colocado, porém uma coisa é responder aos pares de
243 uma forma verbalizada somente o que foi pedido e a gestão concorda para além da
244 reunião ampliada com a gestão orçamentária e financeira da Secretaria dando todo o
245 suporte e esclarecimento a todos e será feito também por escrito, cada item dos últimos
246 pareceres respondido, e aí a clareza pode vir à tona, pois é preciso sempre ser
247 transparente e que está sendo providenciando até a próxima reunião de junho estar tudo
248 isso divulgado, ressalta que o ano de 2024 foi o maior percentual de investimento em
249 saúde e hoje passa de 13% da arrecadação do Estado em saúde e o dinheiro está sendo
250 investido, a saúde está sendo olhada e aí entra a finanças para esclarecer todos esses
251 dados. Conselheiro Dimitri, esclarece que quanto ao aumento de 12 para 13%, foi uma
252 das preocupações que tiveram em saber qual é a origem desse incremento se é do
253 tesouro Estadual ou do Nacional, isso precisa ficar claro para devida justiça, por isso que

254 inclusive, está no relatório esse pedido para que seja inserido colunas para especificar a
255 origem dos recursos, faz algumas considerações à respeito dos valores já explicados pela
256 Conselheiro Tereza no que se refere aos 1.600 1 bilhão 699 é 83% que corresponde a
257 cinco ações a 1377 que é reforma e ampliação de unidade de saúde a 2699 que é
258 construção de novos hospitais de esporte médio a 902 que é assistência médica hospitalar
259 do hospital da USP, etc...., ressalta ainda que tem uma conta que é uma ação
260 orçamentária que é mais significativa ainda que é atendimento ambulatorial e hospitalar
261 da rede da direta Essa dos 8 bilhões e 600, 933 milhões não foram empenhados, Isso
262 corresponde a 11% E desses 1.699 bilhão, esses 93 milhões que não foi para direta,
263 corresponde a quase 55% a mais e salienta que gostaria de saber a causa gostaria de
264 saber a causa, pois a mais prejudicada foi a que está sobre a execução da Direta e faz
265 uma comparativo com a execução das OSS, continua fazendo uma leitura do relatório,
266 sobre o que foi empenhado e o que foi executado e mencione o RAG, as ações da PAS
267 que tiveram problemas de não empenhamento no 3ª RDQA de 2024 como desempenho
268 ruim ou preocupante. Conselheira Maria Zélia que coloca como primeira questão a
269 sensação da ausência de algumas questões na saúde Estadual e faz algumas
270 considerações referentes ao contingenciamento do recurso da assistência à farmácia,
271 pois existe uma fila que é interminável onde a pessoa tem que chegar a 1 hora da manhã
272 para conseguir ser atendida, menciona também a questão da saúde do idoso, do
273 transporte ambulatorial onde as pessoas ficam o dia inteiro aguardando o retorno para as
274 suas cidades, entre outros questionamentos, ressalta a importância Conselho Estadual
275 encontrar as saídas e apresentar ao Secretário Estadual de Saúde, ao Governador do
276 Estado através dos instrumentos de gestão e de planejamento estratégico , outra questão
277 é da vacinação, o plano de imunização do Estado de São Paulo, o secretario colocou que
278 foram atendidos 62% , reforça que o papel do conselho são três partes: gestão,
279 trabalhadores e usuários porque senão não tem motivos nenhum por existir conselho se
280 não for auxiliar a melhorar e aplicar adequadamente os recursos arrecadados no Estado
281 de São Paulo, os recursos arrecadados em cada município e do Governo Federal e que
282 são redistribuídos através da descentralização. Conselheiro Rubens e coloca que ele e o
283 conselheiro Nadir estiveram em uma reunião do comitê de governança e ouviram dos
284 secretários de saúde dos municípios que estão descobertos e não enxergam
285 investimentos e ficaram surpresos conta da total falta de conhecimento do que são
286 conselhos é a outra questão é que o Ministério da Saúde diz que manda verba para o
287 Estado redistribuir e o Estado diz que não recebe verba suficiente e para redistribuir para
288 os municípios e eles recebem o relatório que constam 1 bilhão e 600 milhões que não
289 foram utilizados, enfim, é muito difícil saber porque está sobrando tanto dinheiro assim
290 50% da meta, mas onde está esse dinheiro, onde foi aplicado entre outras considerações
291 e coloca a dificuldade de entender essa análise e as explicações das áreas técnicas.
292 Conselheiro Valter, só para corroborar com a Teresa, conta um caso vivido há 40 anos a
293 respeito de compras de fraldas, medicamentos, e prestação de contas, etc... e faz
294 algumas considerações a respeito do RAG e RDQA. Conselheira Sheila que parabeniza
295 a Tereza, porque realmente é muito complexo e que se sentiu muito contemplada na fala

296 da Conselheira Zélia e também do Conselheiro Rubens, porque precisam ver os números
297 mas na ponta quando se fala em ações percebe-se que é muito complexo todas essas
298 questões e quando tem verba que foi devolvida não foi empenhada e veem coisas que
299 tem ser feita, por exemplo os sequelados do COVID que estão com dificuldades no
300 tratamento reabilitação fisioterapia, outra questão é a grande falta de informação no site
301 da secretaria, por exemplo; pessoas com 60 anos e quem tem comorbidade tem que
302 tomar vacina do COVID a cada 6 meses e quem vive com patologias e doenças raras não
303 tem essa e quando se fala em metas e ações é preciso ampliar essas metas
304 principalmente na questão da divulgação. Conselheiro Robson, coloca que foi uma das
305 pessoas que defendeu a continuidade da Teresa na coordenação da comissão, mas tendo
306 em vista um parecer que veio da procuradoria que tomou conhecimento pelo conselho
307 pensa que tem que ser divulgado para todos na íntegra e se necessário eleger um novo
308 coordenador, esclarece que foi eleito e tenta fazer o seu trabalho da melhor forma
309 possível, o relatório apresentado foi um esforço coletivo da comissão também com a
310 contribuição dos Conselheiro Dimitri, do Valdecir, Verdinho e Ledivan, esclarece que
311 unificaram os relatórios. Conselheira Cirlene, coloca que a situação da Teresa é um
312 problema que precisam realmente reunir e trazer a solução, pois todos sabem do
313 empenho da conselheira para trazer clareza e solicita ajuda ao Dr. Eudes, como pessoa
314 da justiça, para resolver esta pendência, menciona a situação dos hospitais, a falta de
315 RH, para atender a população e critica a administração desastrosa da OS e solicita ao Dr.
316 Eudes que transmita ao Sr. Secretario a situação caótica do Hospital Mandaqui. A
317 conselheira Teresa passar uma informação que em 2023 o orçamento era 30,5 bilhões
318 passou em 2024 para 33,5 bilhões foi de 13% em 2024, o investimento tem que ficar
319 atento porque ainda passa por análise do Tribunal de Contas e pede por gentileza que
320 coloque em votação. O conselheiro Ledivan pede uma questão de ordem para a fala da
321 conselheira Cirlene, a respeito dos hospitais, que não é só o Mandaqui, tem o Pirajussara,
322 os Ames o Luci Montoro, etc. e também na fala da Marileide sobre a Teresa está de pleno
323 acordo e falar para o Dr. Eudes que o carro oficial da secretaria para cima e para baixo
324 Será que o secretário está visitando os hospitais e pede que os Secretario para prestar
325 conta para o CES. O Conselheiro Dimitri esclarece que questão de ordem é algo
326 regimental e foi quebrado e não foi aplicado e fazer ponderação em cima da fala de outro
327 conselheiro sobre um assunto, isso não é questão de ordem e sugere que se traga na
328 próxima reunião detalhadamente o que é questão de ordem. Em regime de votação a
329 aprovação do relatório da COFIM do 3ºRDQA de 2024. Aprovado: por 20 votos a favor,
330 nenhum voto contrário e uma abstenção. O Conselheiro Jonathan assume a direção da
331 reunião com a saída do Dr. Eudes. Próximo item de pauta é a eleição e aprovação de oito
332 conselheiros sendo quatro do segmento usuário dois do segmento trabalhador e dois do
333 segmento gestor prestador como pessoas delegadas natas para a 5ª CESTT e a 5ª
334 CNSTT, é esclarecido que a participação na Conferência é obrigatória, pois acompanham
335 a delegação junto com a coordenação e com os membros da comissão coordenadora da
336 conferência e da comissão organizadora e que para o Estado de São Paulo, incluindo
337 comissão organizadora e delegados natos são 180 pessoas da delegação e ainda que a

338 macro começa no final de maio, depois a Estadual em junho depois a Nacional em agosto
339 e terão que participar de todo o processo: **Segmento usuário:** Conselheiras Cirlene;
340 Maria Zélia; Conselheiros Robson; Rubens, como titulares e como Suplentes:
341 Conselheiros Danilo e Sheila. **Segmento Trabalhador:** Conselheiros Leandro titular e
342 como Suplente Ricardo e Carolina Salado como titular e como Suplente Viviane.
343 **Segmento Gestor:** Claudia Carnevalle e Silvio Balan Garcia. Em regime de votação:
344 Aprovado por 19 votos a favor nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O próximo
345 item de pauta é aprovação da recomendação do Conselho Estadual de Saúde número 02
346 de 2025 sobre o julho amarelo, o dia de combate às hepatites virais, quem explana sobre
347 o assunto é o Adilton Leite, coordenador da comissão de DST/HIV/Aids e Hepatites Virais.
348 A conselheira Zélia pede a palavra e endossa as palavras da Conselheira Cirlene, do
349 Dimitri e do Ledivan faz um encaminhamento no sentido de ter uma discussão apurada
350 sobre o financiamento da saúde e as políticas públicas e pede para a Mesa se organizar
351 nesse sentido. O Secretário executivo irá encaminhar a solicitação para a mesa diretora.
352 O conselheiro Dimitri faz uma observação de que o CES tem para aprovar o RAG, a PAS
353 e não dá para ficar voltando para 2024 e a conselheira Maria Zélia reforça as palavras do
354 Conselheiro Dimitri. O secretário executivo esclarece que tem outros espaços para essas
355 discussões, onde os conselheiros não comparecem. O Conselheiro Adilton esclarece que
356 vai resumir a leitura (os conselheiros receberam o documento por e-mail com
357 antecedência) e explicação da recomendação pelo adiantado da hora e inicia comentando
358 sobre a legislação e finalidade da recomendação que visa estimular a participação dos
359 profissionais e gestores de saúde nas atividades, com vistas a enfatizar a importância da
360 elaboração de Campanha Informativa em alusão do Dia de Combate às Hepatites Virais
361 com objetivo de sensibilizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce e
362 tratamento, recomenda o desenvolvimento das seguintes atividades: 1) Intensificação da
363 testagem para hepatite B e C, por meio de teste rápido ou sorologia, durante o mês de
364 julho de 2025 e, se possível, realização de testagem em horário estendido de
365 funcionamento nos serviços de saúde e em ações extra muro, em especial no dia 28 de
366 julho de 2025 (segunda-feira). Salientamos a importância da existência de uma
367 Referência dentro da Rede de Cuidados de Hepatites Virais do território para os
368 resultados reagentes, pois estes pacientes deverão ser encaminhados para as Unidades
369 de Referência, previamente definidas em cada município. 2) Desenvolvimento de
370 atividades para reforçar as ações de prevenção, vigilância e controle das hepatites virais,
371 junto às equipes multiprofissionais; 3) Realização de ações de informação, comunicação
372 e educação em saúde para prevenção às hepatites virais, em especial no mês de julho
373 de 2025; 4) Divulgação de dados epidemiológicos municipais das hepatites virais (como
374 um Boletim sobre Hepatites Virais) para reconhecimento e sensibilização de gestores,
375 profissionais da saúde e usuários no território; 5) Priorização de ações conjuntas à
376 comunidade e a sociedade civil organizada para o controle das hepatites virais; 6)
377 Intensificação das estratégias de melhoria da cobertura vacinal das hepatites A e B no
378 território; 7) Oferecer testagem para HIV e Sífilis nas ações de testagem para hepatite B
379 e C. e finaliza colocando que a recomendação que estava disponível na no e-mail dos

380 conselheiros, e considera que todos tiveram acesso ao conteúdo. Em regime de votação:
381 Aprovada por 17 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. em regime
382 de votação: Aprovada por: 17 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.
383 Aprovação em bloco: o item de pauta da homologação Ad Referendum da participação da
384 conselheira Juraciara Fonseca Morcilo como palestrante na reunião ampliada da
385 Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Município de Espírito Santo
386 do Pinhal, que aconteceu no dia 7 de abril de 2025 E o outro item da pauta é a aprovação
387 da indicação dos conselheiros Rubens Alves Pinheiro Filho e Sheila Ventura Pereira para
388 representar o Conselho Estadual nas oficinas de apoio à elaboração do projeto de
389 equidade. Em regime de votação: Aprovados por: Aprovado por 17 votos a favor nenhum
390 voto contrário e nenhuma abstenção. O último item de pauta é a aprovação de uma
391 moção de repúdio de violência policial e morte do trabalhador migrantes no Bras e quem
392 fala sobre essa moção é o conselheiro Robson da comissão da COFIN, que inicia
393 colocando que foi um assunto de repercussão geral a questão ocorrida no Brás, e
394 entendem que foi excesso da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pois existem meios
395 para conter aquele tipo de ocorrência meios não letais, mas a forma que foi efetuado não
396 foi adequado aos procedimentos padrão da própria Polícia Militar e aos direitos humanos
397 e por conta da grande repercussão do caso que no mundo inteiro está se discutindo a
398 comissão na COFIN nessa moção de repúdio e pede o apoio de todos. O conselheiro
399 Belfari, esclarece que está incomodado com o texto da moção, porque todos são
400 trabalhadores tanto os nigerianos que e os senegaleses e entende também a posição de
401 quem obedece ordens e foi conter aquela confusão e que estão culpabilizando um lado e
402 isso o incomoda, é de opinião que todos tem a obrigação de tratar da saúde do
403 trabalhador, pois isso é condição e princípio da saúde desde 1945, o bem-estar físico
404 social e mental, em 1986 na Conferência de Otawa, promovida pela Organização Mundial
405 de Saúde, ampliou e esclareceu bastante o que é esta condição de saúde e deixa claro a
406 paz e o trabalho, entre outras situações, e questiona a forma correta de colocar as
407 questões que Isto é política de saúde ou é defesa de instituições ou situações que são
408 inadequadas do ponto de vista social inclusive, coloca também a situação ocorrida na
409 Baixada Santista quando um policial tomou um tiro cara e foi notícia até fora do Brasil e
410 pergunta, nós nos pronunciamos? E agora irão exigir algumas questões de competência
411 que são da Prefeitura de São Paulo, como exigir que organize o camelódromo, como
412 ainda que concorda com a apuração rigorosa pela corregedoria da Polícia Militar, pois
413 Isso é obrigação, tudo isso o CES tem que lembrar para não cair em descrédito, porque
414 estão se posicionando a favor de um e contra o outro né porque a gente tá se posicionando
415 contra um a favor do outro e o posicionamento tem que ser a favor do trabalhador e pede
416 a revisão do documento com uma redação ou um posicionamento mais próximo das
417 políticas públicas de saúde e finaliza que não se sente confortável em votar a moção de
418 repúdio. O Conselheiro Robson, alega que na sua primeira foi gentil , pois a atitude do
419 policial militar atirando contra um imigrante e trabalhador, que a atitude da Polícia Militar
420 através daquele policial foi totalmente desproporcional e descabível e que o CES deve
421 cobrar por ação rigorosa e que as imagens falam por si e ressalta que o mínimo que todos

422 enquanto cidadão e conselheiro podem fazer é aprovar a moção de repúdio, finaliza e
423 coloca sua opinião a respeito do Sr. Governador Tarciso, porque é um militar de carreira
424 e existe uma filosofia de trabalho na Polícia Militar através do comandante Derrit entre
425 outros que podem coadunar com esse tipo de conduta que foi adotada no Brás e pede a
426 aprovação dessa moção de repúdio. Conselheiro Danilo, se coloca favorável em parte
427 com o conselheiro Belfari, porém, não podem comparar os tipos de trabalho, o policial
428 optou por uma por uma profissão de risco, e quando invadiu uma favela no Guarujá e
429 tomou um tiro no rosto já era uma situação que vinha vindo extremamente calamitosa,
430 porque foram 12 mortos naquela operação e que profissão de vendedor ambulante não
431 é de risco para tomar tiro e o estão vendo é um despreparo da polícia e treinamento do
432 profissional e afirma que todos estão repudiando e que podem melhorar o texto para ser
433 enviado e que podem aprovar o repúdio com modificação e a própria comissão pode
434 propor a mesa diretora as mudanças no texto e faz mais algumas considerações a
435 respeito de racismo com os casos de imigrantes, pretos etc.... e coloca que tem que ter a
436 moção de repúdio do conselho que, trazida pela comissão envolvendo a profissão por um
437 trabalhador despreparado que não teve o treinamento adequado que não teve o sistema
438 de treinamento, e o que estão condenando é o sistema de treinamento. Conselheiro
439 Valter, fala que o que está vendo é a ação da polícia militar e que tem pavor do armamento
440 que as guardas municipais estão, pois são armamentos das forças armadas e se derem
441 para eles poder de polícia vai ser genocídio em cima de genocídio porque eles estão
442 extrapolando, e ressalta a necessidade de preparar tanto a política militar e principalmente
443 as guardas municipais e afirma que é favorável a moção. Conselheira Maria Zélia, fala
444 que todos tem que defender a moção porque não é uma questão de patente e sim de
445 sistema e outra questão [e o despreparo da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do
446 estado do Rio de Janeiro já passou de todos os limites e que entende a posição dos
447 trabalhadores e representantes da SES, porém o que não dá para aceitar é tanta violência
448 da polícia do Estado de São Paulo e coloca sua indignação com o sistema. Conselheira
449 Juraciara que é favorável a moção com a mudança na redação e solicita que seja incluído
450 na moção o apoio para a família no sentido da saúde psíquica e social é da competência
451 do CES. Conselheiro Belfari chama a atenção para a quantidade de contribuições para
452 qualificar a moção e se coloca a disposição para ajudar a escrever e inclusive constar
453 melhor qualificação do policial, até mesmo psicologicamente, entre outras, sugere ainda
454 deixar para votar a moção com as complementações para a próxima reunião, já que não
455 há mais quórum. A conselheira Maria Zélia, também sugere envolver o COSEMS para
456 consultar o CRP, e outros órgãos para saber como estão esses profissionais policiais,
457 quais são suas queixas etc., sugere ainda criar um grupo de trabalho na comissão da
458 CISTT, para discussão desses assuntos, e fazer um levantamento sobre esses
459 atendimentos dos trabalhadores das seguranças públicas do estado de São Paulo. O
460 secretário executivo propõe ao presidente dos trabalhos, encaminhar todas as
461 manifestações de melhoria da redação da moção, para ser reescrita e mais elaborada e
462 aprimorada e trazer como primeiro item de pauta na próxima reunião do Pleno. O
463 conselheiro Jonathan, concorda e sugere que todos enviem suas contribuições por e-mail

464 e redirecionados para a comissão que escreveu a moção de repúdio, pois é importante
465 tome esse posicionamento. O conselheiro Robson sugere que o Belfari faça a relatoria do
466 documento, e faça as adequações necessárias sem descaracterizar o texto original. A
467 conselheira Maria Zélia reforça que o Belfari é parte das propostas e que deve juntar as
468 demais contribuições e reescreva. O conselheiro Belfari concorda e se propõe fazer uma
469 pré-redação com a colaboração de todas as questões colocadas e passar para o Robson.
470 O secretário executivo passa a palavra para o presidente que encerra a reunião.